

O IMPACTO DA INICIATIVA FAIXA E ROTA NO DESENVOLVIMENTO DO SUDESTE ASIÁTICO COM DESTAQUE AO CAMBOJA – A CONTINUAÇÃO DE UM “DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE”?

PAULO VICTOR BASÍLIO JERONYMO

paulovbj.12@gmail.com

Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Lisboa. Mestre em Relações Internacionais, especialidade em Política Internacional Contemporânea, pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal).

Resumo

Desde o seu surgimento, a Iniciativa Faixa e Rota (IFR) tem levantado muitos alarmismos. Isto é, há preocupações quanto ao uso da iniciativa, essa seria utilizada para a perseguição estrita dos objetivos nacionais chineses. Ao mesmo tempo, e devido a isso, traria consequências econômicas negativas aos Estados participantes, sendo muitas vezes reconhecida como uma armadilha econômica. Sob esse contexto, o presente artigo procura responder como o desenvolvimento dos países do Sudeste Asiático, em especial do Camboja, poderá ser impactado pela IFR. Haveria uma perpetuação de um modelo de “desenvolvimento dependente”? Para tal faz-se necessário compreendermos as principais dinâmicas no processo histórico de desenvolvimento dos Estados do Sudeste Asiático. E como a estratégia geo-econômica chinesa voltada ao Sudeste Asiático sob o contexto da IFR é implementada. Assim, utilizando-se de um modelo descritivo-analítico, através de pesquisa bibliográfica e da análise do caso do Camboja, pode-se dizer que as construções de infraestruturas no contexto IFR apresentam efeitos econômicos positivos no curto prazo para os países participantes no Sudeste Asiático que apresentam características semelhantes ao Camboja. Nesse sentido, os investimentos e construções de infraestruturas na esfera da IFR têm a capacidade de promover o crescimento econômico de Estados com baixos níveis de infraestruturas conectivas, dependentes de investimentos diretos estrangeiros e com uma governança debilitada. Logo, não parece existir uma armadilha como se é normalmente pensado, uma armadilha de dívida, mas sim uma possível “armadilha” a longo prazo. Na qual os Estados do Sudeste Asiático conectam-se cada vez mais a uma cadeia produtiva regional e aumentam as suas relações comerciais com a China. Assim, possivelmente dando continuidade a um modelo de “desenvolvimento dependente”, mas agora dependentes da China. Indo de acordo com os objetivos chineses para a região, uma ordem econômica regional centrada na China.

Palavras-chave

China, Sudeste Asiático, Iniciativa Faixa e Rota, Camboja, desenvolvimento dependente.

Abstract

Since its emergence, the Belt and Road Initiative (BRI) has raised many alarms. That is, there are concerns that the initiative will be used to strictly pursue Chinese national objectives. At the same time, and because of this, it would have negative economic consequences for participating states, often being recognised as an economic trap. In this context, this article seeks to answer how the development of Southeast Asian countries, especially Cambodia, could be impacted by the BRI. Would there be a perpetuation of a model of 'dependent



development'? To do so, it is necessary to understand the main dynamics in the historical development process of Southeast Asian states. And how China's geo-economic strategy towards Southeast Asia in the context of the BRI is implemented. Thus, using a descriptive-analytical model, through bibliographic research and analysis of the case of Cambodia, it can be said that infrastructure construction in the BRI context has positive short-term economic effects for participating countries in Southeast Asia that have characteristics similar to Cambodia. In this sense, investments and infrastructure construction in the IFR sphere have the capacity to promote economic growth in states with low levels of connective infrastructure, dependent on foreign direct investment and with weak governance. Therefore, there does not seem to be a trap as is commonly thought, a debt trap, but rather a possible long-term 'trap.' In this trap, Southeast Asian states are increasingly connecting to a regional production chain and increasing their trade relations with China. Thus, they may be continuing a model of 'dependent development,' but now dependent on China. This is in line with China's objectives for the region, a regional economic order centred on China.

Keywords

China, Southeast Asia, Belt and Road Initiative, Cambodia, dependent development.

Como citar este artigo

Jeronymo, Paulo Victor Basílio (2025). O Impacto da Iniciativa Faixa e Rota No Desenvolvimento do Sudeste Asiático com destaque ao Camboja – A Continuação de um "Desenvolvimento Dependente"?. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 16, Nº. 2, november 2025-april 2026, pp. 96-117. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.16.2.6>

Artigo submetido em 17 de setembro de 2024 e aceite para publicação em 17 de julho de 2025.





O IMPACTO DA INICIATIVA FAIXA E ROTA NO DESENVOLVIMENTO DO SUDESTE ASIÁTICO COM DESTAQUE AO CAMBOJA – A CONTINUAÇÃO DE UM “DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE”?

PAULO VICTOR BASÍLIO JERONYMO

Introdução

A China, reconhecida como uma potência em ascensão no cenário internacional, utiliza-se de sua vasta capacidade econômica, simbolizada pela Iniciativa Faixa e Rota (IFR), para avançar seus interesses nacionais. Isso tem provocado um crescente alarmismo tanto no meio acadêmico de Relações Internacionais quanto nas grandes mídias ocidentais. A visão predominante é de que a IFR seria um instrumento voltado exclusivamente para a promoção dos objetivos chineses, acarretando prejuízos econômicos para os países participantes, em vez de promover o desenvolvimento mútuo.

Assim, o artigo busca compreender quais são os potenciais impactos da IFR nas economias participantes do Sudeste Asiático, em especial no Camboja. Perpetuar-se-ia nesses Estados um modelo de “desenvolvimento dependente”? Para que seja possível responder essa questão, primeiramente se faz necessário compreender as principais dinâmicas do processo histórico de desenvolvimento dos países do Sudeste Asiático. E demonstrar como a estratégia geoeconômica regional chinesa direcionada ao Sudeste Asiático é implementada.

Argumenta-se que os potenciais impactos econômicos da iniciativa se mostrarão de maneira geral positivos. O uso da IFR como um instrumento de *statecraft* econômico negativo não parece favorável aos objetivos políticos chineses na região, a formação de uma ordem regional com a China no seu centro. Nesse contexto, a continuação de um modelo de “desenvolvimento dependente” parece ir ao encontro destes objetivos.

Este artigo considera que a região do Sudeste Asiático é composta pelos Estados-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Timor-Leste. Sendo selecionado o Camboja como estudo de caso. Uma vez que, é um dos Estados mais dependentes do financiamento chinês entre os países do Sudeste Asiático e apresenta baixos níveis de infraestrutura, como será demonstrado. Também, faz parte de um dos principais corredores econômicos da IFR, o Corredor Econômico China-Península da Indochina. Assim, apresenta grande potencial para o desenvolvimento, mas também se mostra mais vulnerável ao suposto *statecraft* econômico negativo da China. Para além disso, detém uma maior disponibilidade de estudos sobre, diferente do Laos, mesmo que esse apresente características semelhantes às descritas acima.



O presente artigo foi elaborado por meio da metodologia dedutiva, a seguir um modelo descritivo-analítico baseado em pesquisa bibliográfica. Sob uma lente crítica, esse artigo busca contribuir empiricamente para o estudo da estratégia regional chinesa.

Modelo de desenvolvimento do Sudeste Asiático

Como será demonstrado nesta secção, através de descrição histórica, o crescimento econômico na região do Sudeste Asiático de maneira geral foi atingido pela liberalização seletiva das economias nacionais ao investimento estrangeiro. Desenvolvendo com o passar do tempo, em sua generalidade, economias voltadas à exportação de manufaturas (Al-Fadhat, 2020: p. 178; Carroll, 2020: pp. 52-53). Mas, esse crescimento parece ter chegado a um estágio de estagnação. Diversos autores reconhecem a chamada "armadilha de renda média", ou "*middle-income trap*", no Sudeste Asiático. Atualmente, essa pode ser compreendida como consequência de estratégias de desenvolvimento desiguais, assentadas em princípios neoliberais e promovidos, principalmente, pelo Banco Mundial (Masina, 2018: p. 251). Nesse sentido, em geral, os países da região têm tido dificuldade em deslocar-se do trabalho intensivo e produções industriais de baixo valor agregado (Carroll, 2020: pp. 52-53; Masina, 2018: p. 251).

Entre 1945 e meados da década de 1970, as economias do Sudeste Asiático encontravam-se diretamente relacionadas as dinâmicas do pós-guerra, da Guerra Fria e de seus processos de descolonização. Nessa altura, os Estados da região tornam-se importantes locais de produção de manufaturados *offshore* para os países desenvolvidos, devido à oferta de mão de obra barata. Esse fenômeno, como será demonstrado, terá continuidade com o processo de globalização e a adoção de políticas de caráter neoliberal (Carroll, 2020: pp. 47-48). Os países da região, majoritariamente, tornaram-se suscetíveis a essa forma de integração econômica (dependente) em grande parte devido ao seu passado colonial. Assim, não ocorreu o desenvolvimento de suas indústrias nacionais, mas moldou suas economias de forma a servir principalmente aos europeus (Masina, 2018: pp. 267-268).

Antes da China passar a ter um papel relevante nas redes de produção regionais, o ator econômico de maior relevância regional era o Japão, contribuindo para a formação das redes produtivas do Sudeste Asiático, que mais tarde seriam aproveitadas pelos chineses. Durante as décadas de 1960 e 1970, desacelerando o passo a partir de meados dos anos 1980, se dá uma primeira onda de crescimento asiático. Coincidindo com uma primeira onda de expansão da divisão regional do trabalho, na qual empresas nipônicas dependiam da Coreia do Sul, Taiwan e Singapura para suas produções (King & Du, 2018: p. 815; Masina, 2018: p. 263).

Mas, devido ao aumento dos custos laborais passam a realocar para outros países da região as etapas produtivas de trabalho intensivo. Para além de que, agora os Quatro Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan) passam a fazer o mesmo, transferir suas indústrias de baixo custo para economias asiáticas em industrialização. Assim, novos países passam a integrar as cadeias produtivas regionais, como a China, Malásia e Tailândia. Desencadeando uma nova onda de crescimento asiático (King & Du, 2018: p. 815; Masina, 2018: p. 263). Nesse cenário, a região do Sudeste Asiático passa a receber grandes fluxos de investimentos ligados a uma



produção orientada para a exportação de manufaturas. Sendo características dessa o trabalho intensivo e componentes de baixo valor agregado (Masina, 2018: pp. 263, 265).

Esse processo foi altamente influenciado pela crise de 1970 após a abdicação do *gold standard* e o fim do sistema Bretton Woods, para além das crises do petróleo em decorrência do fim do padrão do dólar. O que isso gera é uma crise de lucratividade nos países desenvolvidos e um processo de estagflação, baixo crescimento e subida de preços. Assim, estes Estados começam a dar maior prioridade a competitividade global e não tanto ao desenvolvimento nacional, seguindo a lógica neoliberal (Carroll, 2020: pp. 48-49). Então, a globalização de frações de capital passam a ser privilegiadas pelas economias ocidentais, realocando suas produções industriais a Estados com mão de obra mais barata. Deste modo gerando as condições necessárias ao milagre econômico asiático na década de 1980 (Carroll, 2020: p. 48).

Este fenômeno se acentua durante os finais da década de 1980 com a segunda onda de expansão da divisão regional do trabalho, liderada pelos japoneses no Leste e Sudeste Asiático. Isso porque, as indústrias japonesas transferiram sua produção para países asiáticos em desenvolvimento. Para além do aumento de investimento direto estrangeiro (IDE) de saída, até 1987 grande parte dos IDEs nipônicos eram dirigidos a Indonésia, Singapura, Malásia, Tailândia e Filipinas (Carroll, 2020: pp. 49-51; Jones & Hameiri, 2020: p. 20; Masina, 2018: p. 263).

Logo, o que se evidencia é a ascensão das frações de capital internacionais em simultâneo com constituição do mercado mundial, em outras palavras, com a expansão da globalização econômica. Nessa conjuntura, os países do Sudeste Asiático, em especial a Malásia, Tailândia e Indonésia, ou ASEAN 3, desde a década de 1980, se veem sujeitos a adotarem uma postura que se ajuste a desse mercado global. Adotam, assim, uma postura neoliberal, passando a dar maior prioridade ao capital transnacional, processos de industrialização liderados por IDEs e liberalização comercial (Al-Fadhat, 2020: pp. 180-181; Masina, 2018: p. 254). Esta mudança de conduta se faz significativa para que os países e suas elites locais possam permanecer competitivos neste ambiente e prossigam com seus processos de acumulação de capital (Al-Fadhat, 2020: pp. 180-181).

Nesse âmbito, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, os países do Sudeste Asiático em geral adotam uma economia orientada para a exportação de manufaturas. Também, se constituem zonas econômicas especiais de maneira a atrair investimentos internacionais (Gomez, Masina & Vignato, 2020: pp. 12-13; Jones & Hameiri, 2020: p. 203). Segundo, Gomez, Masina e Vignato (2020: p. 11) é durante a década de 1980 que os IDEs se tornam a fonte primária de integração econômica regional. Ademais, esta postura que vai de encontro com as tendências neoliberais também começa a se demonstrar no regionalismo do Sudeste Asiático, em iniciativas que buscam a desregulamentação do comércio e investimentos em setores competitivos e orientadas para a exportação, como a ASEAN Free Trade Area e a Asia-Pacific Economic Cooperation (Jones & Hameiri, 2020: p. 203).

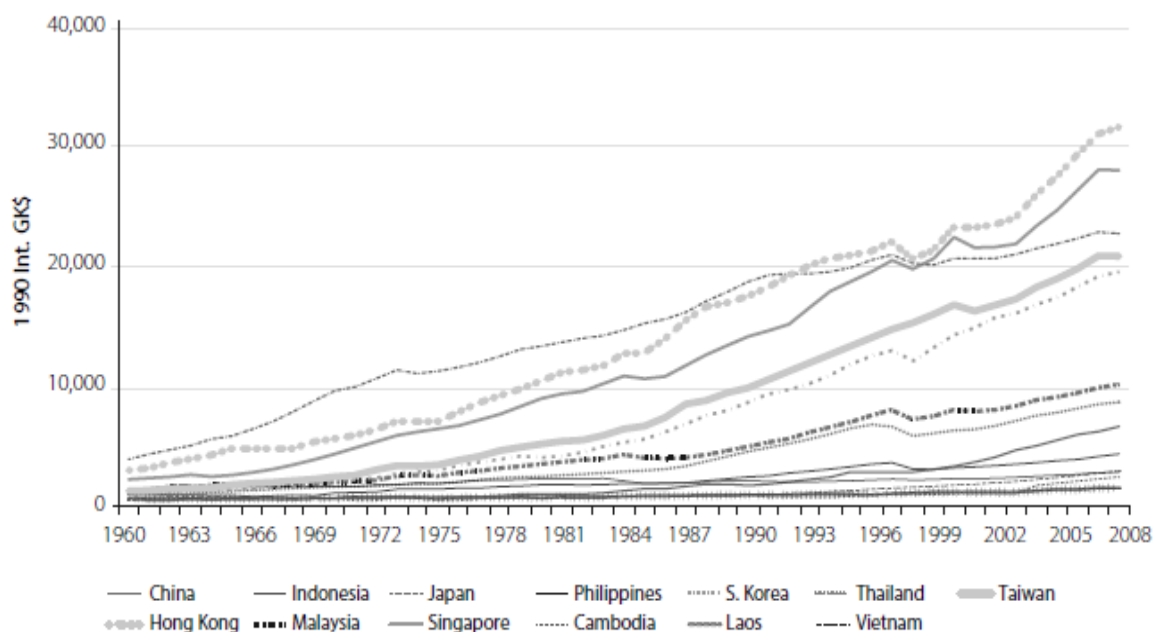
Durante os anos de 1980 e começos dos anos 1990 há uma grande quantidade de IDEs a entrar nos países do Sudeste Asiático, contribuindo para um amplo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) destes (Gomez *et al.*, 2020: p. 11). E durante a década de



1990, em geral, os Estados da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) cresceram rapidamente, elevando sua classe média. Porém, a qualidade de vida dos trabalhadores industriais não se mostraram melhores. Uma vez que, como já citado, estes passam a adotar o modelo de desenvolvimento neoliberal, dando maior ênfase ao lucro e não tanto ao bem-estar dos trabalhadores (Gomez *et al.*, 2020: p. 5).

Depois, ocorre a crise econômica asiática de 1997-98, decorrente da falência de instituições financeiras da Tailândia, que acaba por se alastrar aos demais Estados da região que liberalizaram suas economias. Isso teria representado o fim do milagre econômico asiático, mas o que se mostra a seguir é a continuação de padrões de crescimento em alguns países do Sudeste Asiático, em especial nos ASEAN 3 (Carroll, 2020: p. 54; Masina, 2018: pp. 253-254; Pitakdumrongkit, 2023: p. 63). Um crescimento considerado relevante dentro dos padrões internacionais, porém bem mais lentos do que aqueles experienciados pela primeira geração das “Economias Asiáticas Recentemente Industrializadas”, o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura (Masina, 2018: pp. 253-254).

Figura 1. PIB per capita para países asiáticos selecionados, entre 1960 e 2008



Fonte: Masina (2018: p. 260).

Nesta conjuntura, mesmo com a crise, os Estados da região continuam a manter uma postura reformista pró-mercado. Em 2003, buscou-se regionalmente a liberalização das regras de investimentos e a construção da Comunidade Econômica ASEAN, favorável aos negócios internacionais (Carroll, 2020: p. 55). Esta industrialização através de IDEs, que ocorre principalmente nos ASEAN 3 e no Vietnã, depois dos meados dos anos 2000, é caracterizada por ligações bem limitadas com empresas nacionais. Grande parte das cadeias de fornecimento para produção orientada para a exportação encontravam-se sob



o controle de empresas estrangeiras. Além disso, a maioria dos componentes que agregam valor eram importados (Masina, 2018: p. 269).

Isso ocorre uma vez que as redes de produção regional no Sudeste Asiático são hierárquicas. Ou seja, empresas ou países parecem trabalhar ativamente para a prevenção da difusão de tecnologias para outras empresas ou países, os quais operam em níveis inferiores na divisão regional do trabalho, de maneira a se manterem mais competitivos (Masina, 2018: p. 258). Ao decorrer das ondas de expansão e crescimento asiático, as economias líderes deslocaram suas indústrias para economias inferiores. Aumentando seu valor produtivo nas cadeias de valor e mantendo espaços com baixos custos laborais (King & Du, 2018: p. 815).

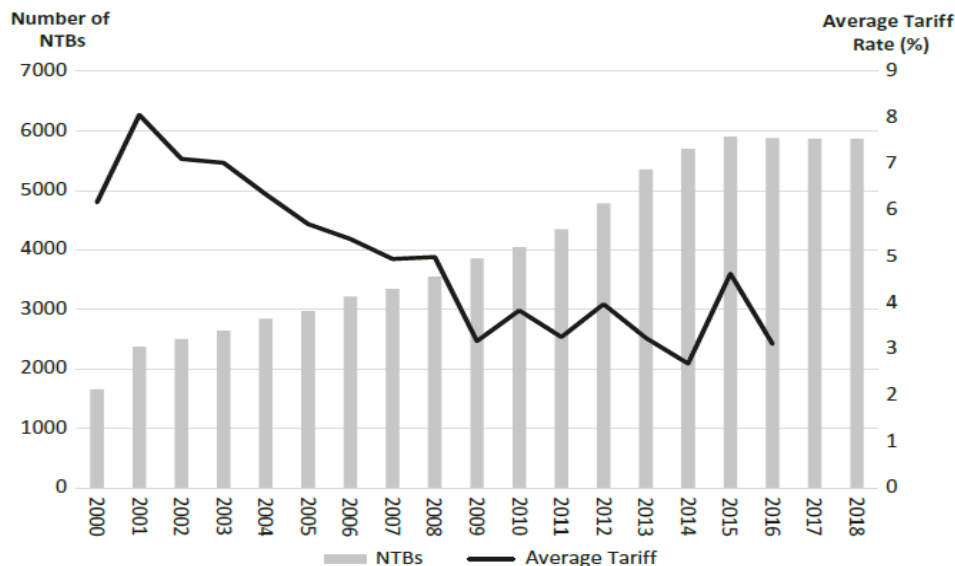
Assim, a noção de que IDEs são grandes contribuidores nas transferências de tecnologias para países em desenvolvimento não parece se mostrar verdade. O que se mostra é apenas um impacto limitado dos IDEs nesse âmbito. Nesse sentido, políticas estatais de absorção tecnológica e modernização industrial parecem se mostrar mais importantes (Masina, 2018: p. 258). Logo, se faz necessário a intervenção estatal por meio de incentivos e restrições para que se encoraje o progresso tecnológico. O mercado solitariamente não consegue garantir investimentos apropriados para inovação industrial, afinal, o mercado visa antes de tudo a lucratividade. E investimentos buscando inovações em Estados em desenvolvimento apresentam demasiado risco (Masina, 2018: p. 259).

Porém, há desafios na implementação de políticas industriais estratégicas, não tanto técnicos, mas sim políticos. Políticas devem distinguir os interesses e partes envolvidas, direcionando incentivos e rendas para avanço tecnológico e desenvolvimento industrial nacional (Masina, 2018: p. 261). Mas, o problema que se mostra nos países do Sudeste Asiático, em especial os ASEAN 3, é a tomada do aparato estatal por interesses específicos de elites locais fazendo com que a busca por lucratividade (renda) influenciasse as políticas nacionais destes Estados (Jones & Hameiri, 2020: p. 217; Masina, 2018: p. 261). Essa preponderância das elites locais que proporciona o controle dessas sobre o modelo econômico de seus países se dá em grande parte pelo contexto do pós-Guerra Fria e o abandono do modelo "socialista" (Hughes, 2020: p. 112).

Assim, as elites ligadas ao aparato estatal, passam a seguir o modelo neoliberal de mercado frente ao contexto global, de forma a manterem-se competitivos no mercado global e consolidar seu poder internamente (Hughes, 2020: p. 112). Ou seja, forças dominantes do mercado passam a delinear o desenvolvimento industrial e os governos intervêm seletivamente em suas economias de forma a proteger os interesses destas elites. Há, assim, uma liberalização seletiva das economias nacionais, mas não tanto da política, visível no aumento de barreiras não tarifárias ao comércio, ao mesmo tempo que tarifas diminuem, ver Figura 2 (Jones & Hameiri, 2020: pp. 217-218; Masina, 2018: p. 261).



Figura 2. Tarifas médias e número de barreiras não tarifárias na ASEAN



Fonte: Jones & Hameiri (2020: p. 217).

Logo, pode-se dizer que muitos dos problemas enfrentados pelos Estados do Sudeste Asiático comumente identificados como a "armadilha de renda média" são oriundos de uma industrialização dependente que se desenvolve com a adoção do neoliberalismo (Masina, 2018: p. 262).

Neste contexto, apesar de indústrias de alta tecnologia fazerem parte das economias regionais, as suas produções representam somente uma pequena fração do valor. Assim, em sua generalidade os Estados do Sudeste Asiático situam-se como intermediários nas redes produtivas regionais. Afinal, esses países dependem de insumos estrangeiros de alto valor. Todavia, essa conjuntura beneficiou o desenvolvimento econômico orientado para exportação, já que havia uma ampla demanda de *commodities*, por conta do *boom* da manufatura chinesa. Ocorre uma alta demanda chinesa por insumos entre 2003 e 2011 aumentando os preços das *commodities* (Carroll, 2020: pp. 56, 59-61). Esse quadro de crescimento teve continuidade mesmo com a crise financeira de 2008, principalmente nos ASEAN 3, é entendida mais como uma consequência da crise global e da fragilidade das principais economias globais, do que consequência de suas próprias capacidades (Carroll, 2020: p. 59; Masina, 2018: p. 254).

É no período posterior da crise asiática, no começo dos anos 2000, que os chineses passam a ser mais atuantes nas economias do Sudeste Asiático. Em 2001, esta é admitida na Organização Mundial do Comércio e passa ser reconhecida como a "fábrica do mundo". Assim, a China passa a se mostrar como um relevante competidor para os Estados do Sudeste Asiático, tornando-se um fornecedor de mão de obra barata e de produção de baixo custo. Possivelmente dificultando o desenvolvimento desses países por sua ascensão como um espaço de fabricação de baixo custo, mas, ao mesmo tempo, cria-se uma alta demanda por *commodities*. Nesse cenário, os Estados do Sudeste Asiático integram redes de produção regionais, nas quais componentes são produzidos e



combinados em produtos em diversas localidades. Mas, agora a China encontrava-se numa posição mais central no contexto regional (Carroll, 2020: pp. 56, 59-60).

Para além disso, o papel mais ativo da China na economia do Sudeste Asiático se dá uma vez que essa escolhe por não desvalorizar sua moeda a seguir a crise asiática, aumentando seu nível competitivo nas exportações. Também, manifestou seu apoio a Chiang Mai Initiative, criando-se diversos acordos bilaterais de troca de moeda. A China, assim, proporcionou uma ajuda essencial para a recuperação destes Estados, fortalecendo os pilares da cooperação econômica regional (Cardoso, 2008: p. 96; Tong, 2021: p. 110).

Posto tudo isso, pode-se dizer que os países do Sudeste Asiático detém em sua generalidade um desenvolvimento econômico orientado a exportação de manufaturas e apoiado pela mão de obra barata e intensiva. Consequentemente se tornando progressivamente mais dependentes do capital internacional, tecnologia estrangeira e dos mercados de exportação (Carroll, 2020: pp. 49, 52-53; Gomez *et al.*, 2020: p. 12). Sob esse contexto, que é agravado pela inabilidade dos governos nacionais de implementarem políticas de desenvolvimento industrial, estes países não são capazes de aprimorar tecnologicamente seus meios produtivos. Deste modo, mantêm-se em sua maioria como fornecedores de *commodities* para mercados estrangeiros, também, de produtos simples e de montagem final. Assim, se tornaram um armazém de produção de baixo valor agregado (Carroll, 2020: p. 53; Gomez *et al.*, 2020: p. 12).

Logo, no Sudeste Asiático, em especial no Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã, a transição para uma economia de mercado foi direcionada por forças sociais preocupadas pela manutenção de seu poder político e controle sobre importantes ativos econômicos (Hughes, 2020: p. 113). Nesta transição, as elites domésticas investiram em sistemas de extração simples e protegidos pelo aparelho estatal, evitando a construção de bases industriais competitivas a nível internacional. O que seria arriscado no contexto de desenvolvimento tardio que se encontravam. Para além de que, os baixos custos laborais atraíram investimentos estrangeiros para determinados setores, particularmente o de vestuário. E mesmo que certos países tenham obtido maior sucesso na produção orientada para a exportação, como o Vietnã, suas indústrias continuam a ser dominadas pela mão de obra intensiva, dependentes de multinacionais e produção de baixo valor agregado (Hughes, 2020: p. 113).

Assim, talvez seja mais apropriado entendermos a condição no Sudeste Asiático não tanto como uma "armadilha de renda média", mas sim uma "armadilha de desenvolvimento dependente". Esses Estados encontram-se vulneráveis, uma vez que o processo de reorganização das cadeias produtivas regionais se mostrou constante, devido à procura por menores custos, movendo processos produtivos para diversos países. Também, pela sua dependência por IDEs, necessários para a manutenção de suas posições nesta cadeia regional. E, consequentemente, afetando os trabalhadores, afinal o trabalho intensivo também se mostra necessário para esta manutenção na cadeia regional e para competitividade internacional.

Logo, salários, condições laborais e direitos trabalhistas acabam por não se mostrar de grande interesse para as elites nesses Estados, afinal essas procuram permanecer competitivas dentro do mercado global e dar continuidade aos seus processos de



concentração de capital (Al-Fadhat, 2020: p. 180; Masina, 2018: p. 269). Nesse contexto, a adoção da lógica neoliberal e a expansão de um capitalismo financeiro em escala global, contribuiu para a degradação da condição trabalhista nestes países. A terceirização e precarização parecem se mostram características desse modelo, que funciona em um ambiente de competição internacional.

Estratégia Regional Chinesa no Sudeste Asiático e a Iniciativa Faixa e Rota

A China emergiu como uma das principais vencedoras da globalização, usufruindo da interdependência econômica e, por consequência, política que se intensificam através do processo de globalização, como pilares para o desenvolvimento de sua capacidade econômica (Cardoso, 2008: p. 54). Também, o país tirou proveito das relações econômicas transfronteiriças, globais e regionais, que ganham força com o processo de globalização, e das relações econômicas e redes produtivas regionais já estabelecidas pelas economias asiáticas mais desenvolvidas antes do aparecimento da Iniciativa Faixa e Rota (IFR). Dessa forma, a China ascende no mercado mundial e suas indústrias promovem-se dentro das cadeias de valor, consagrando-se como, segundo o Fundo Monetário Internacional (2025a), a segunda maior economia mundial em termos nominais na atualidade. Agora com essa grande capacidade econômica, esta passa a acentuar o uso de instrumentos econômicos de *statecraft*, o que é refletido pela sua atuação na IFR.

A IFR se mostrará como um importante instrumento para a continuação da perseguição dos interesses nacionais chineses. Ou seja, o desenvolvimento nacional como forma de evitar um novo século de humilhação e projetar-se internacionalmente como uma potência (Cardoso, 2008: pp. 17, 27, 72). A iniciativa se mostrará importante para a continuação do crescimento econômico chinês, que é a base de seu poder nacional, afinal responde às insuficiências internas do país, ao mesmo tempo que se demonstra como uma importante ferramenta na construção de uma ordem (econômica) regional, com a China no seu centro.

Como estratégia, a IFR busca incentivar o crescimento e integração econômica entre a China e as diversas regiões que fazem parte da iniciativa. Há pontos de ligação entre cada região e a China, que são agrupados em "corredores econômicos". Que por sua vez encontram-se conectados através de pontes terrestres, ferroviárias ou marítimas na Eurásia. Assim, há uma rota terrestre conectando a China à Europa e uma rota marítima que conecta o Mar do Sul da China (MSC) à Oceania e ao Oceano Índico, desse ponto conectando as costas asiáticas e africanas à Europa (Rojanaleekul, Pungchompoo & Sirivongpaisal, 2022: pp. 163-164; Tomé, 2021: p. 167). Assim, o desenvolvimento de infraestruturas é um dos principais pilares da iniciativa. Nesse contexto, o Corredor Econômico China-Península da Indochina é uma das principais regiões de conexão para a iniciativa (Rojanaleekul *et al.*, 2022: pp. 163-164).

O desenvolvimento desse corredor econômico visa ampliar o acesso chinês aos mercados regionais através do estabelecimento de redes ferroviárias que conectaram diversas províncias chinesas a países do Sudeste Asiático, nesse caso, Vietnã, Laos, Camboja, Tailândia, Malásia e Singapura. Além do elemento terrestre, há um componente marítimo



do corredor econômico e ligações entre ambos. Nesse sentido, há o desenvolvimento de ferrovias ligando os portos de Kuantan e Klang na Malásia, oferecendo uma passagem alternativa do Oceano Índico para o MSC, importante para diminuir os riscos associados ao conhecido "dilema de Malaca" (Rojanaleekul *et al.*, 2022: p. 164).

Outro importante aspecto da iniciativa é a cooperação industrial. Nesse âmbito, as conexões geradas pela iniciativa procuram estabelecer um processo produtivo fora da China. Dessa forma integrando mais ainda os países da região numa cadeia de fornecimento com a China. Ajudando, assim, com o problema de excesso produtivo chinês, especialmente nos setores de alumínio eletrolítico, ferro e aço. Nesse sentido, os fabricantes chineses teriam um acesso mais estável de recursos e mercados. Para além disso, a iniciativa auxilia no desenvolvimento de províncias menos desenvolvidas ao oeste e centro da China. Também, possibilita novos canais de escoamento para grandes reservas de moeda estrangeira e promove, de forma limitada, a internacionalização da moeda chinesa (Cai, 2015: pp. 837-838; Rojanaleekul *et al.*, 2022: p. 164).

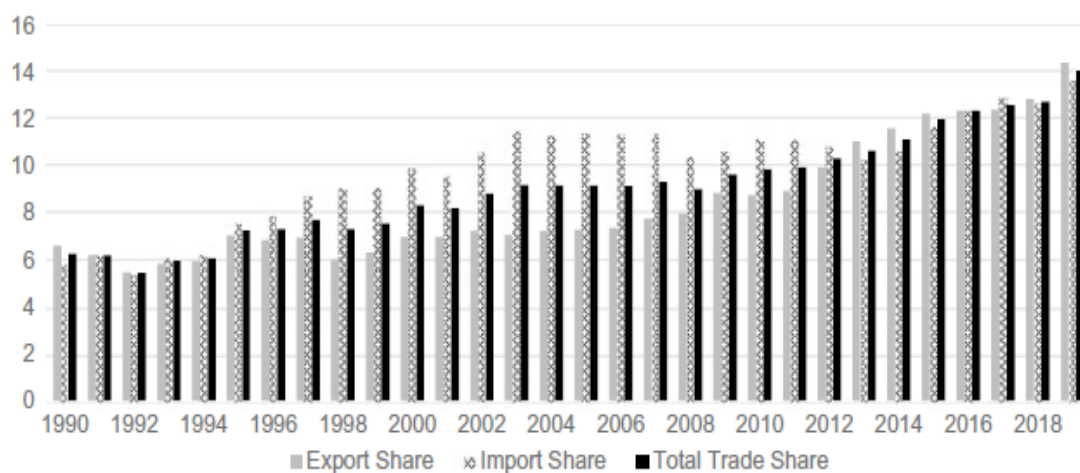
Logo, a IFR se demonstra importante para o aprofundamento das relações econômicas entre os países do Sudeste Asiático e a China. Nesse âmbito, os Estados Unidos da América e o Japão detêm maiores ligações nas cadeias de produção globais com a China do que com os Estados da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). De acordo com Taguchi e Zhao (2021: p. 149), isso ocorre pela carência de performance logística nos países da ASEAN, onde há insuficiência de infraestruturas conectivas e de transporte. A densidade da rede ferroviária dos países da IFR, incluindo o Sudeste Asiático, é baixa se comparada a média global de 8.48 km/1000 km². Nesse âmbito, países como o Camboja, Indonésia e Filipinas continuam a utilizar linhas ferroviárias construídas dentro de seus primeiros anos ou com ajuda de outros Estados (Wang, Lim, Zhang, Zhao & Lee, 2020: p. 293). É estimado um vácuo na infraestrutura do Sudeste Asiático na casa dos 8 trilhões de dólares (Cai, 2015: pp. 839-840).

Aqui a IFR detém grande relevância, afinal a construção destas infraestruturas têm a possibilidade auxiliar no fortalecimento das conexões nas cadeias produtivas entre os países do Sudeste Asiático e desses com a China. Consequentemente alargando a dependência econômica destes com a China. Afinal, estes países se interligam cada vez mais, fortalecendo uma ordem econômica regional com a China no seu centro. Aumentado a participação comercial chinesa no comércio total e no valor agregado estrangeiro nas exportações do Sudeste Asiático.

Assim, o que parece se demonstrar é a sutil aplicação do *statecraft* econômico pelos chineses. Nesse sentido, a influência econômica e, consequentemente, política se daria pelo aumento gradual da dependência econômica dos Estados do Sudeste Asiático à China. Logo, a IFR tratar-se-ia da continuação e intensificação da estratégia geo-econômica e das relações econômicas entre os países do Sudeste Asiático e a China. Para além de demonstrar o caráter pragmático e paciente da estratégia nacional chinesa, na qual os objetivos são colocados a longo-prazo (Cardoso, 2008: pp. 95-96). Essa progressiva dependência econômica dos Estados do Sudeste Asiático decorre do gradativo aumento da exposição econômica desses com a China, perceptível na participação comercial chinesa nestas economias, ver Figura 3. Segundo o Observatory of Economic Complexity (2025), em 2023 a China representou 18% do total das exportações e 27.4% das importações da ASEAN.



Figura 3. China – ASEAN – Participação nas exportações, participação nas importações e participação comercial total, 1990–2019



Fonte: Raghavan, Khan & Devadason (2021: p. 15).

As cadeias produtivas regionais de manufaturados estão conectadas através de um Estado, a China. Assim, os Estados do Sudeste Asiático podem ser expostos a choques econômicos partidos da China. A influência sínica nas cadeias produtivas regionais com o Sudeste Asiático e a exposição desses a China como fornecedor e mercado fica perceptível no crescimento da participação da China no valor agregado estrangeiro nas exportações da ASEAN¹ (Raghavan, Khan & Devadason, 2021: pp. 19-20).

Além disso, a exposição econômica da região também decorre através do constante aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) da China no decorrer das últimas décadas. Porém, mesmo com constantes aumentos apenas três economias da ASEAN, Camboja, Laos e Myanmar, podem ser tidas como dependentes de IDEs chineses. Isso, quando se é considerado os padrões de fluxos históricos e o padrão de estoque atual (Tong, 2020: pp. 17-18), ver Tabela 1. Nesse sentido, a participação da China nos fluxos totais de IDE de entrada na ASEAN cresceu de 6% em 2010-2012 para 7.3% em 2021-2023. E empresas chinesas ainda se apresentam como o maior grupo de investidores no Camboja, Laos e Myanmar (ASEAN Secretariat, 2024: p. 21).

Ademais, há o fornecimento de ajuda econômica/financeira que se dá principalmente através "outros fluxos oficiais" (OFO) e não tanto através de "assistência oficial ao desenvolvimento" (AOD). E, assim como os IDEs, encontram-se muitas vezes ligados aos projetos de infraestrutura da IFR. Este tipo de ajuda econômica, OFO, dá maior importância ao desenvolvimento de infraestruturas e ao crescimento econômico. Para além de normalmente seguir o princípio de "não interferência nos assuntos internos". Por outro lado, as AODs, as quais os países ocidentais desenvolvidos dão maior preferência, priorizam os setores de governança, sociais e capacitação da sociedade civil. Comumente impondo maiores condições e seletividade, as quais expressam lógicas liberais de "boa

¹ O valor agregado chinês nas exportações cresceu em todos os países da ASEAN durante os anos de 1990 e 2018. No Camboja, de 2.2% para 25.7%; Indonésia, 3.5% para 18.2%; Laos, 2.5% para 10.7%; Malásia, 2.6% para 18.1%; Myanmar, 2% para 8.1%; Filipinas, 1.9% para 15.3%; Tailândia, 3% para 24.7%; e Vietnã, 5% para 22.8% (Taguchi & Zhao, 2022: pp. 131-132).



governança". Nesse contexto, a ajuda econômica da China apresentaria menos restrições impostas e seguiriam a lógica de desenvolvimento mútuo. Logo, favorecem os interesses políticos das elites locais, que não demonstram interesse nas agendas liberais democráticas, mas sim em proteger suas posições de poder. Ao mesmo tempo, a China se beneficia pela sua crescente influência econômica e política com essas elites (Rosser, 2020: pp. 300-302, 305).

Tabela 1. Participação da China no total de IDE interno do mundo, dos países em desenvolvimento e da ASEAN (%)

	China Weight in Inward FDI Flows			China Weight in Inward FDI Stock	
	High Growth Period	Post-crisis Period	BRI Period	2004	2017
World	1.9	5.7	9.8	0.4	5.7
Developing/transition countries (benchmark)	4.1	8.6	15.5	1.6	12.8
ASEAN	1.5	5.6	9.3	0.3	4.1
Brunei	0.3	1.6	39.3	0.0	3.6
Cambodia	11.4	28.9	24.9	4.3	26.2
Indonesia	1.3	5.2	9.0	0.8	4.2
Laos	40.0	172.2	84.7	2.4	100.0
Malaysia	0.2	2.6	10.9	0.3	3.5
Myanmar	16.3	30.3	12.5	0.3	19.9
Philippines	0.5	6.8	1.3	0.1	1.0
Singapore	1.6	4.0	8.3	0.1	3.5
Thailand	0.4	4.8	17.0	0.3	2.4
Viet Nam	1.4	3.6	6.2	0.8	3.8

Fonte: Tong (2020: p. 17).

Porém, os projetos de infraestrutura chinesa, nos quais é comum inclusão de trabalhadores chineses, são muitas vezes considerados armadilhas de dívidas e associados à corrupção e má governança. Esse ponto de vista é corroborado pela evidência de que grande parte dos países do Sudeste Asiático são compostos por regimes considerados não democráticos², subordinados às suas elites. Essas que tiram vantagens através dos acordos bilaterais com os chineses. Desse sentido, há receios quanto as potenciais repercussões nos níveis de dívidas provenientes dos projetos da IFR (Rosser, 2020: p. 308).

Estas podem contribuir para a perpetuação destes Estados como países subdesenvolvidos de média renda. Para além disso, podem ser citadas receios no âmbito securitário, relativo os objetivos chineses no Mar do Sul da China (MSC). Uma importante região no sentido estratégico e econômico, por se tratar de um local de importantes rotas comerciais e com importantes reservas de hidrocarbonetos e pescados. Fatores importantes para salvaguardar a continuidade do crescimento econômico chinês. Para

² De acordo com o V-Dem (2025), Laos, Myanmar, Vietnã são autocracias fechadas. O Camboja, Filipinas, Indonésia e Tailândia são autocracias eleitorais e, a Malásia é apontada como uma democracia eleitoral (Marina, Altman, Angiolillo, Fernandes, God & Lindberg, 2025: p. 14).



além de que a presença no MSC parece se demonstrar importante para a segurança nacional chinesa, grandes centros urbanos encontram-se nas costas. Nesse âmbito, com a globalização, fatores econômicos ganham uma grande importância securitária para os Estados e seus objetivos nacionais (Cardoso, 2008: pp. 113-116; Tomé, 2021: p. 162). Para além disso, pode-se dizer que a globalização coloca os Estados em contato uns com os outros e fortalece a relevância da economia e do comércio como fundamentos de poder. Ou seja, o MSC é uma região de extrema importância para a China no atual sistema internacional (Cardoso, 2008: p. 112).

Ademais, há preocupações quanto a possíveis *defaults* devido às taxas de juros presentes nos empréstimos chineses. Tanto as AODs e as OFOs chinesas são mais elevadas quando se comparados aos do Banco Mundial (Cheong, 2022: p. 8). Altas taxas de juros geram maiores possibilidades de um *default*, por isso credores chineses parecem dar preferência a colateralização como estratégia de mitigação de risco. Assim, os mutuários fixam como garantia algum ativo ou posse, por exemplo, exportação de *commodities* ou rendimentos futuros. Os chineses aparentam reconhecer as apreensões dos Estados quanto a uma possível armadilha de dívida. Assim, são oferecidas garantias e os interesses econômicos são colocados em um nível superior de relevância, quando comparados à tomada de ativos estrategicamente importantes (Cheong, 2022: pp. 9-11).

Seria contraditório com os interesses chineses na IFR de promoção do crescimento econômico, desenvolvimento nacional e formação de uma ordem (econômica) regional centrada na China se o propósito explícito dos empréstimos da China fosse a captura dos ativos dos mutuários por meio de armadilhas de dívida. Afinal, desestimularia ainda mais os países do Sudeste Asiático a fazerem parte da iniciativa.

Logo, a China aparenta se utilizar de instrumentos econômicos de *statecraft* para atingir fins políticos. Nesse sentido, esta parece preferir o uso positivo desses instrumentos, visando o longo-prazo, de maneira a ganhar influência com as elites dos Estados do Sudeste Asiático. Dessa forma, busca-se construir uma ordem econômica regional com a China no seu centro, através do progressivo aumento da exposição econômica dos países do Sudeste Asiático à China. Aumentado gradativamente a dependência econômica e, conseqüentemente, política destas elites e de seus Estados à China.

A Iniciativa Faixa e Rota e seu impacto no desenvolvimento do Sudeste Asiático: análise do caso do Camboja

Esta seção busca investigar quais são os possíveis impactos econômicos da Iniciativa Faixa e Rota (IFR) nas economias do Sudeste Asiático, através da análise do caso do Camboja. Os projetos de infraestrutura da IFR acabarão por gerar conseqüências econômicas negativas as economias participantes? Perpetuar-se-ia um modelo de "desenvolvimento dependente" nestes Estados? Nesta seção entende-se que não é necessário a distinção entre investimentos no âmbito da IFR e os demais investimentos chineses para a realização do estudo. Afinal, grande parte dos investimentos chineses no Sudeste Asiático antes da IFR destinava-se a projetos similares, como ferrovias e rodovias. Também, após 2017, o governo chinês incluiu quase todos os investimentos passados como elementos dos projetos da IFR (Hsueh, 2023: p. 1021). Ademais, o ganho de influência econômica e política pela China ocorre também através de outros



investimentos diretos estrangeiros (IDE), não apenas por meio de investimentos em nome da IFR. Logo, se torna quase impossível e teoricamente desnecessário diferenciar com clareza quais IDEs fazem parte da IFR e quais não.

De acordo com o Banco Nacional do Camboja, o país acumulou um total de 41 bilhões de dólares em IDE de 1993 até 2021. Desse total, a China representa 43%, um pouco mais de 18 bilhões de dólares. Seguida pela Coreia do Sul, representando 11% ou 4.9 bilhões de dólares (Pani & Tobing, 2025: p. 35). Também, de acordo com o American Enterprise Institute (2025), o investimento acumulado de investidores e construtoras chinesas entre 2013 e 2025 foi de 17.51 bilhões de dólares para o Camboja. Os setores de transporte e energia foram responsáveis por grande parte dos investimentos, representando 9.8 e 4.39 bilhões de dólares, respectivamente. Em conjunto, representam aproximadamente 81% do total de investimentos chineses no período.

Devido a este grande número de investimentos levantam-se questões acerca da dívida do Camboja. Assim, em relação à dívida externa total do Camboja, esta tem tido um aumento significativo devido aos projetos da IFR. Estima-se que mais de 41% da dívida externa acumulada do país, equivalente a 15% de seu Produto Interno Bruto (PIB), é mantida pela China. Também, a China se apresenta como o principal credor do Camboja, responsável por 41.7% do total da dívida externa do Camboja, chegando a 9.47 bilhões de dólares em meados de 2022 (Pani & Tobing, 2025: pp. 36, 43; Yu, 2024: p. 114).

Também, a dívida pública bruta, por porcentagem do PIB, foi de aproximadamente 26% ou 11.2 bilhões de dólares em 2023. Nesse âmbito, a dívida bilateral representa a maior parte da dívida externa total, cerca de 64%, mais da metade devido à China. Apresentando um baixo risco de superendividamento, mas vulnerável a choques nos passivos contingentes³ (Fundo Monetário Internacional [FMI], 2025b: pp. 15, 88; FMI, 2025c).

Esse influxo de capital estrangeiro impulsionou o progresso econômico do Camboja e mitigou as principais restrições de infraestrutura no país. O Camboja ocupou no Relatório de Competitividade Global de 2019⁴ a 106ª posição entre 141 economias, demonstrando uma baixa qualidade de infraestruturas, principalmente rodoviárias (Yu, 2024: p. 109). Segundo estimativas da PWC de outubro de 2022, para obter um crescimento sustentado e melhorar os padrões sociais e econômicos de sua população, o país necessitará de investimentos em infraestrutura de aproximadamente 28 bilhões de dólares até 2040 (Yu, 2024: p. 109). Nesse contexto, entre 2004 e 2021 a China financiou aproximadamente 101 projetos de desenvolvimento no Camboja, especialmente em infraestrutura rodoviária e de transporte (Pani & Tobing, 2025: pp. 36, 43).

Assim, o IDE chinês impulsionou de forma significativa o crescimento econômico do Camboja, tornando-o uma das economias com crescimento mais rápido entre os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) na última década. De acordo com o ASEAN Secretariat, com estatísticas de 2022, a taxa de crescimento médio do Camboja foi de 5.7% entre 2012 e 2021. Acredita-se que esse crescimento é resultado de um *boom* nas indústrias de vestuário e têxteis (Yu, 2024: p. 108), segundo o FMI (2025b:

³ Referem-se a obrigações financeiras possíveis ou incertas, cujo reconhecimento e valor dependem de eventos futuros que não estão sob o controle das empresas ou do governo.

⁴ Últimos dados disponíveis.



p. 43) a indústria têxtil tem se mantido consistentemente o maior impulsionador deste crescimento, explicando 21% do crescimento médio do PIB no período de 2010 a 2019. Também, o turismo e a construção de infraestruturas financiadas por IDE, tiveram um papel relevante neste crescimento (Yu, 2024: p. 108).

Estas informações vão de acordo com aquelas divulgadas pelo FMI (2025b: p. 15; 2025c), o crescimento real do PIB do Camboja foi de 5% em 2023, impulsionado principalmente pelo desempenho setor manufatureiro. Também, pela recuperação do turismo e a retomada das atividades em setores correlatos. Já em 2024, a forte recuperação do setor de vestuário, juntamente com o crescimento das exportações agrícolas e a melhora constante do turismo contribuíram para uma maior aceleração do crescimento econômico. Assim, ocorrendo um crescimento real do PIB de 6% em 2024.

Mas, há questionamentos sobre a governança do Camboja, que é movido economicamente por IDEs, em sua maior parte chineses. De acordo com o Transparency International's Corruption Perceptions Index (2025) o Camboja em 2024, encontrava-se na 158ª posição de 180 países. Também, de acordo com World Justice Project Rule of Law Index, em 2022⁵, o país encontrava-se em 141º. Refletindo desafios na governança e emprego da lei (Pani & Tobing, 2025: p. 44) Assim, os IDEs tem a possibilidade de contribuir para o acúmulo de capital e consolidação política da elite do Camboja, e não tanto para o bem-estar da população em geral (Pani & Tobing, 2025: p. 45; Yu, 2024: p. 113).

Afinal, o IDE chinês é caracterizado por um grande envolvimento estatal, priorização de setores estratégicos e uso de empréstimos concessionais muitas vezes vinculados a empreiteiros e fornecedores chineses. Esse modelo também é visível no desenvolvimento de infraestruturas no âmbito da IFR, na qual o financiamento é constituído de maneira a beneficiar empresas estatais chinesas. Assim, ao mesmo tempo, garantindo influência econômica e, conseqüentemente, política sobre os países beneficiários (Pani & Tobing, 2025: p. 37). O investimento estrangeiro tem a capacidade de exercer uma relevante influência sobre políticas locais gerando um ambiente favorável ao investimento. Nesse contexto, a dependência de IDEs fortalece estas elites, que se beneficiam desproporcionalmente desses investimentos, afinal possuem poder político (Pani & Tobing, 2025: p. 41).

Neste contexto, os chineses fazem investimentos substanciais de maneira a garantir acesso a recursos naturais, assegurando as necessidades de sua população. Há no Camboja reservas relevantes de petróleo e gás natural, assim como potenciais recursos minerais e terras agricultáveis. Nesse âmbito, os investimentos estrangeiros no Camboja foram e são essenciais para moldar a produtividade doméstica e estabilidade financeira do país. E a China se posiciona como o maior investidor. Assim, há uma relação de dependência em que o país central nesse contexto, a China, foca seus investimentos em matérias-primas, recursos naturais e agricultura, para assim suprir suas necessidades de consumo e produção internas. Ao mesmo tempo, cria oportunidades para direcionar a economia do Camboja, país periférico, para servir aos interesses nacionais chineses (Pani & Tobing, 2025: pp. 42-43).

⁵ Últimos dados disponíveis para o Camboja.



A China é o maior parceiro comercial do Camboja. Segundo estatísticas do Ministério do Comércio da China, o volume de comércio bilateral entre a China e o Camboja cresceu de 3.77 bilhões de dólares em 2013 para 13.67 bilhões em 2021. Nesse âmbito, a balança comercial se mostra favorável à China, que usufruiu de um crescente superávit comercial com o país de 2013 a 2021. A China foi o segundo principal destino das exportações do Camboja em 2021, representando 8.3% do valor total das exportações, e constituiu a maior fonte de importações do país, correspondendo a 33.9% do valor total importações (Yu, 2025: p. 107). Demonstrando a relação de assimetria entre ambos os Estados, país central e periférico, e a crescente dependência econômica do Camboja, que se encontra cada vez mais amarrado as cadeias produtivas regionais, que tem a China em posição de destaque.

Para além disto, o IDE chinês pode ter a capacidade de alterar as dinâmicas das atividades econômicas e empresas locais devido à presença de seus interesses comerciais. Lojas, vendedores e operadores turísticos cambojanos não conseguem competir com o crescente número de hotéis, cassinos, restaurantes e lojas de varejo de propriedade chinesa. Para além do que, turistas chineses, os quais são uma parcela relevante dos turistas, tendem a consumir produtos e serviços de seus contêrreos. Assim, o efeito econômico de gotejamento ou *trickle-down* é limitado. Esse cenário se dá principalmente na região de Sihanoukville, uma Zona Econômica Especial sob o guarda-chuva da IFR (Pani & Tobing, 2025: pp. 37, 47; Yu, 2024: pp. 111, 113).

Ou seja, há um processo de marginalização econômica, novamente levantando preocupações de que os benefícios econômicos dos investimentos chineses favoreçam majoritariamente as elites chinesas e locais, excluindo o cambojano comum. Além disso, o rápido desenvolvimento conduziu um influxo de migrantes e trabalhadores chineses, para além do emprego de mão-de-obra chinesa nos investimentos na esfera da IFR, reduzindo as oportunidades de emprego para os trabalhadores locais e, possivelmente, suprimindo salários (Pani & Tobing, 2025: pp. 37, 47). Provavelmente aumentando o nível de desigualdade no país.

Logo, ainda que o investimento estrangeiro conceda benefícios de curto prazo, como na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento de infraestrutura, a dependência excessiva do capital estrangeiro promove um relacionamento desequilibrado, suscetível à influência econômica e política do país investidor (Pani & Tobing, 2025: p. 48). Ademais, a governança inadequada amplifica as consequências negativas da gestão do investimento estrangeiro. A governança debilitada do Camboja, reconhecida por altos níveis de corrupção, aplicação ineficaz da lei e priorização do financiamento estrangeiro, restringe o gerenciamento do investimento estrangeiro para a perseguição dos interesses nacionais. Assim, o Camboja tornou-se cada vez mais dependente dos investimentos chineses, sem a capacidade de controlar e mitigar seus impactos negativos (Pani & Tobing, 2025: p. 48). E mantêm-se como majoritariamente um país voltado a exportação de produtos de baixo valor agregado, o setor de manufaturados como o de têxteis continua a ser um dos principais condutores no crescimento do país (FMI, 2025b: pp. 43-44).

No entanto, considerando que o Camboja é um aliado próximo da China e que a construção de infraestruturas em larga escala desempenham um papel essencial no Sudeste Asiático no âmbito da IFR, não parece lógico a China conduzir o país à falência



em decorrência de seus projetos de infraestrutura. Isso geraria uma imagem negativa da IFR, o que dificultaria sua implementação futura, tanto a nível regional quanto global (Yu, 2024: p. 114). Além disso, não se faz necessário a China deter grandes níveis de influência econômica e política em todos os países do Sudeste Asiático. Uma vez que o consenso da ASEAN em relação a questões relativas ao Mar do Sul da China pode ser quebrado apenas por alguns, impedindo respostas conjuntas. Juntamente a isso, o desequilíbrio econômico e militar destes Estados em relação à China coloca essa em uma posição de vantagem.

Assim, parece que a IFR através da construção de infraestruturas, em sua maioria rodoviárias e de transporte, tem a capacidade de gerar efeitos econômicos positivos aos países participantes. Principalmente àqueles que apresentam baixos níveis de infraestrutura e são dependentes de IDE para seu desenvolvimento. Promovendo o crescimento econômico, possivelmente, em decorrência das melhoras logísticas e maior integração nas redes produtivas regionais. Porém, há a possibilidade de continuação da atual divisão do trabalho ao nível regional e global. Para além de haver a possibilidade da manutenção das desigualdades internas nos países, principalmente se houver elevados níveis de corrupção entre suas elites econômicas e políticas. Como é o caso do Camboja.

Considerações finais

A Iniciativa Faixa e Rota (IFR) liga localidades com características econômicas e políticas específicas, as quais detém relevância para a China devido ao seu posicionamento geográfico relativo no contexto da iniciativa. Logo, os projetos de infraestrutura são alocados a determinado país de acordo com o papel a ser desempenhado no contexto da IFR e de uma economia regional, a qual a China encontra-se numa posição de destaque. Em outras palavras, de acordo com o que é mais favorável para estratégia regional chinesa.

A China, que se situa numa posição menos dependente no cenário regional, parece ter exibido com o decorrer do tempo sua predileção pela utilização positiva do *statecraft* econômico como forma de influenciar politicamente os Estados do Sudeste Asiático. De maneira a fomentar e ampliar confiança, interesses comuns, demonstrar-se como um bom parceiro regional para o comércio e diminuir a percepção de ameaça econômica e securitária, principalmente em questões relativas ao Mar do Sul da China (MSC). Assim, os chineses promovem uma lógica de desenvolvimento pacífico em sua política externa regional. Uma vez que é necessário manter um ambiente externo pacífico e estável para o desenvolvimento de relações econômicas e para a perseguição de seus interesses nacionais, os quais são dependentes da manutenção do crescimento econômico. Logo, pode-se dizer que os chineses utilizariam de instrumentos econômicos buscando atingir fins políticos.

Considerável parte do Sudeste Asiático mostra-se carente de infraestruturas de transportes, afetando suas performances logísticas. Nesse âmbito, a IFR possui grande relevância, afinal a construção de infraestruturas conectivas podem contribuir para a melhora logística destes Estados. Potencialmente promovendo efeitos econômicos positivos, como demonstrado no caso do Camboja. Fortalecendo, assim, as conexões entre



os países do Sudeste Asiático e interligando-os ainda mais à China numa ordem econômica regional, na qual os chineses encontram-se em uma posição central. Assim, aumentando exposição comercial destes Estados à China pelo aumento da participação comercial e participação no valor agregado estrangeiro. Desse modo, ampliando a dependência econômica e, por consequência, política dos países do Sudeste Asiático à China.

Isto é, o desenvolvimento promovido pela IFR nos Estados do Sudeste Asiático se dá de tal maneira a auxiliar o fortalecimento de uma ordem econômica regional com a China em posição de destaque. Assim, ao que tudo indica os chineses usufruem das economias subdesenvolvidas regionais que dependem de investimento direto estrangeiro, das relações com as elites nacionais, das cadeias produtivas e de comércio regionais e globais, que já haviam sido estabelecidas antes da IFR, e das relações econômicas transfronteiriças que se fortaleceram com a globalização e a adoção do modelo neoliberal.

Posto tudo isto, caso a IFR fosse utilizada como um instrumento de *statecraft* econômico negativo, trazendo assim consequências negativas as economias do Sudeste Asiático, seria contraproducente com os interesses nacionais chineses. Desincentivando os Estados da região a participarem da iniciativa, evitando a construção de infraestruturas com influência chinesa. Dessa forma, indo diretamente contra a melhora de insuficiências internas da China e contra a formação de uma ordem regional. Assim, indo contra a presença chinesa no MSC, a crescente influência política da China para com as elites dos Estados em contacto com esse mar é importante para a gestão de conflitos e disputas nessa região. Nesse contexto, a China não precisa ter grande influência econômica e política sobre todos os Estados do Sudeste Asiático, visto que o consenso da ASEAN sobre o MSC pode ser rompido por alguns membros, como o Camboja, dificultando respostas conjuntas.

Logo, o crescimento econômico destes países parece fazer parte dos objetivos chineses no contexto da IFR, afinal este crescimento será em parte resultado da construção de infraestruturas conectivas. Mas, como foi descrito, é possível que a atual divisão do trabalho global se perpetue, dessa forma mantendo os Estados do Sudeste Asiático como economias orientadas para a exportação de manufaturas e um armazém de produção de baixo valor agregado. Contribui para isto, a necessidade da intervenção do Estado para que haja progresso tecnológico e desenvolvimento industrial. Porém, isso não parece ser de interesse das elites nacionais do Sudeste Asiático, as quais a governança inadequada aumenta os efeitos negativos da gestão do investimento estrangeiro.

Ademais, a grande dependência de capital estrangeiro favorece um relacionamento desigual, passível à influência econômica e política do país investidor. Logo, pode-se dizer que há a possibilidade da continuação de um modelo de "desenvolvimento dependente" nos Estados do Sudeste Asiático, principalmente aqueles que apresentam características semelhantes ao Camboja. Que passariam a tornar-se dependentes da economia chinesa, e não tanto das potências ocidentais. Favorecendo, assim, os objetivos nacionais chineses na região do Sudeste Asiático, que são colocados a longo prazo.



Referências

- American Enterprise Institute (2025). *China Global Investment Tracker*. [Consultado em 22 de Agosto]. Disponível em <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>
- Al-Fadhat, F. (2020). The Internationalisation of Capital and the Transformation of Statehood in Southeast Asia. In T. Carroll, S. Hameiri & L. Jones (eds.), *The Political Economy of Southeast Asia*. Studies in the Political Economy of Public Policy. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 177-198. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28255-4_7
- ASEAN Secretariat (2024). FDI trends and developments in ASEAN. In *ASEAN Investment Report 2024 - ASEAN Economic Community 2025 and Foreign Direct Investment*. Jakarta: ASEAN Secretariat, pp. 3-11 <https://unctad.org/publication/asean-investment-report-2024>
- Cai, K. G. (2018). The One Belt One Road and the Asian Infrastructure Investment Bank: Beijing's New Strategy of Geoeconomics and Geopolitics. *Journal of Contemporary China*. 27(114): pp. 831-847. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1488101>
- Cardoso, D. A. O. (2008). Ascensão Chinesa e as Ilhas Spratly: Uma Viragem Geoestratégica para o Mar? Os Fundamentos da Geoestratégia da China para o Século XXI. *Estratégia*. 17: pp. 73-164.
- Carroll, T. (2020). The Political Economy of Southeast Asia's Development from Independence to Hyperglobalisation. In T. Carroll, S. Hameiri & L. Jones (eds.), *The Political Economy of Southeast Asia*. Studies in the Political Economy of Public Policy. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 35-84. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28255-4_2
- Cheong, D. (2022, Setembro). Chinese 'Debt Traps' in Southeast Asia: What the Data Say. *ISEAS Perspective*, 2022(88). Singapore: ISEAS Publishing, pp. 1-13. <https://www.iseas.edu.sg/articles-commentaries/iseas-perspective/2022-88-chinese-debt-traps-in-southeast-asia-what-the-data-say-by-darren-cheong/>
- Fundo Monetário Internacional (2025a). *GDP, current prices: Billions of U.S. dollars*. [Consultado em 20 de agosto de 2025]. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>
- Fundo Monetário Internacional (2025b). Cambodia: 2024 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Cambodia". *IMF Staff Country Reports*, 2025(022). <https://doi.org/10.5089/9798400299711.002>
- Fundo Monetário Internacional (2025c). *Cambodia Datasets*. [Consultado em 20 de agosto de 2025]. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/profile/KHM>
- Gomez, T., Masina, P., & Vignato, S. (2020). Development and Transformation in Southeast Asia: The Political Economy of Equitable Growth. *State of the Art & Theoretical Framework, Working Paper 2 "The Economy"*. Crisea: pp. 1-25. <https://shs.hal.science/halshs-03151964/document>
- Hughes, C. (2020). Transitions from State "Socialism" in Southeast Asia. In T. Carroll, S. Hameiri & L. Jones (eds.), *The Political Economy of Southeast Asia*. Studies in the Political Economy of Public Policy. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 111-132. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28255-4_2



Hsueh, C. W. A. (2023). How Does BRI Affect the Degree of Globalization in Southeast Asia? In Duarte, P. A. B., Leandro, F. J. B. S., Galán, E.M. (eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics*. Palgrave Macmillan: Singapore, pp. 1018-1029. https://doi.org/10.1007/978-981-19-6700-9_40

Jones, L., & Hameiri, S. (2020). Southeast Asian Regional Governance: Political Economy, Regulatory Regionalism and ASEAN Integration. In T. Carroll, S. Hameiri & L. Jones (eds.), *The Political Economy of Southeast Asia*. Studies in the Political Economy of Public Policy. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 199-224. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28255-4_8

King, C., & Du, J. (2018). Could 'Belt and Road' be the Last Step in China's Asian Economic Integration? *Journal of Contemporary China*. 27(114): pp. 811-830. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1488100>

Masina, P. P. (2018). An Uneven Development Trap in Southeast Asia and Its Implications for Labor. In Y. Goudineau, A. Hardy, & C. Vaddhanaphuti (eds.), *Searching for Work: Small-Scale Mobility and Unskilled Labor in Southeast Asia*. Silkworm Books: pp. 251-282

Nord, M., Altman, D., Angiolillo, F., Fernandes, T., God, A. G., & Lindberg, S. I. (2024). Data Figures and Tables. In S. I. Linberberg (ed.), *Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped?*. University of Gothenburg: V-Dem Institute, p. 14.

Observatory of Economic Complexity (2025). *Profile: Internacional Organization – ASEAN*. [Consultado em 20 de Agosto]. Disponível em https://oec.world/en/profile/international_organization/asean#bespoke-title-147

Pani, G. M. & Tobing, F. B. L. (2025). Money or Sovereignty: The Impact of Chinese Foreign Direct Investment on Cambodia. *Jurnal Asia Pacific Studies*. 8(2): pp. 34–53. <https://doi.org/10.33541/japs.v8i2.6213>

Pitakdumrongkit, K. (2023). Managing economic statecraft via multilateral agreements: the roles of ASEAN member states in shaping Regional Comprehensive Economic Partnership. *The Pacific Review*. 36(5): pp. 1120–1147. <https://doi.org/10.1080/09512748.2023.2200022>

Raghavan, M., Khan, F., & Devadason, E. S. (2021). Interdependent Trade Relationship. In *China and ASEAN: Pivoting Trade and Shock Transmission*. Singapore Springer Nature, pp. 9-22. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-16-1618-1>

Rojanaleekul, V., Pungchompoo, S., & Sirivongpaisal, N. (2022). Trade values predictive model of Southeast Asia under the Belt-Road Initiative. *The Asian Journal of Shipping and Logistics*. 38(3): pp. 162-172.

Rosser, A. (2020). The Changing Aid Landscape and the Political Economy of Development in Southeast Asia. In T. Carroll, S. Hameiri & L. Jones (eds.), *The Political Economy of Southeast Asia*. Studies in the Political Economy of Public Policy. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 293-314. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28255-4_2



- Taguchi, H., & Zhao, J. (2022). China's global value chain linkage and logistics performances in emerging ASEAN economies. *International Studies of Economics*. 17(2): pp. 126–155. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ise3.12>
- Tomé, L. (2021). Mares da China: Disputas e Dilemas em Face da Ressurgência Chinesa. In H. V. Zambujo, J. M. S. Maia & L. C. Soares (coords.), *Memórias 2020*. pp. 155-180. <https://observare.autonoma.pt/wp-content/uploads/2021/11/2021-Disputas-Mares-da-China-Sul-e-Oriental-em-face-Ressurgência-China-in-Academia-Marinha-Livro-Memorias-2020-SET-2021.pdf>
- Tong, Y. S. (2021). China's Outbound Investment in ASEAN Economies in Three Periods: Changing Patterns and Trends. *The Singapore Economic Review*. 66(1): pp. 105-142. <https://doi.org/10.1142/S0217590819410066>
- Transparency Internacional (2025). *Corruption Perceptions Index*. [Consultado em 20 de Agosto]. Disponível em <https://www.transparency.org/en/cpi/2024>
- Wang, C., Lim, M. K., Zhang, X., Zhao, L., & Lee, P. T. W. (2020). Railway and road infrastructure in the Belt and Road Initiative countries: Estimating the impact of transport infrastructure on economic growth. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*. 134: pp. 288-307. <https://doi.org/10.1016/j.tra.2020.02.009>
- Yu, H. (2024). Riding on the BRI Train: Issues Relating to China's Strengthening Ties with Cambodia. In *Understanding China's Belt and Road Initiative*. Asia in Transition, 26. Singapore: Springer Nature Singapore, pp. 103-117. https://doi.org/10.1007/978-981-99-9633-9_6